

Lyra faz roteiro da reforma institucional

ANC 88
Pasta 08/85
077/1985

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Esboça o ministro da Justiça, Fernando Lyra, o que lhe parece a estratégia maior do atual governo. Para ele, mesmo entre os desajustes e as acomodações de terreno, nos partidos, fica clara a necessidade de ser realizados antes da reunião da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, todos os compromissos institucionais enunciados quando da formação da Aliança Democrática. Foi o que Tancredo Neves estabeleceu no discurso que faria no dia de sua posse, divulgado semanas atrás. Onde há o consenso, onde inexistem polêmicas ou conflitos de opinião, importa seguir adiante. E rápido.

Nos próximos dias, Lyra propo-
rá ao presidente José Sarney uma espécie de calendário da consolidação institucional, matéria na qual já trabalham seus assessores. Trata-se de limpar o caminho para os constituintes. De cuidar para que as eleições de 1986 se realizem dentro de um perfeito quadro de liberdade política. Assim, será proposta ao Congresso, possivelmente ainda este ano, a revogação das medidas de emergência e do estado de emergência. Bem como a revisão completa da Lei de Imprensa e da Lei de Segurança Nacional, entre outras iniciativas.

Seu raciocínio é de que a Nação, depois de 20 anos de autoritarismo, expressou o anseio de mudanças imediatas através das campanhas pela volta às eleições presidenciais diretas. O povo foi para as ruas e, naquele momento, ruíram as estruturas do autoritarismo. Um pequeno número de parlamentares, dadas as derradeiras condições ainda favoráveis ao velho regime, conseguiu obstar a votação da emenda Dante de Oliveira. Em contrapartida, o então presidente, general João Figueiredo, não teve vontade ou condições para levar adiante, por completo, o projeto de abertura. Permitiu eleições diretas para os governos estaduais mas obistou o princípio no plano federal. De modo conseqüente, derrotada a emenda das diretas, o amplo sentimento pelas mudanças, o grito de basta da sociedade fluiu para os condutos político-partidários liderados por Tancredo Neves. O governador de Minas dispôs-se a conduzir o processo, os dissidentes do PDS uniram-se ao PMDB e, mesmo pelas regras do jogo autoritário, elegeu-se o governo da Nova República. Revogou-se a ditadura.

Nesse momento, para o ministro da Justiça, situa-se o âmage da questão. Eleito, Tancredo Neves traçou a estratégia. Continuará man-

tendo a união nacional e dando seqüência ao anseio das mudanças pela realização inicial das medidas para as quais houvesse o consenso geral: a reconstrução democrática. Ficariam para a Assembleia Nacional Constituinte os temas polêmicos, mesmo podendo começar a ser debatidos e implementados.

Dada a tragédia que se seguiu, e quando José Sarney se tornou o sucessor, não mais o substituto, registrou-se uma aceleração do processo, necessária para neutralizar o impacto da morte do criador do novo regime. O presidente colocou em pauta, além da realização breve e indiscutível da reforma institucional, uma série de temas polêmicos. Preparou o debate, como o irá preparando, ainda, até a Constituinte.

Mas o importante, para Lyra, está no aproveitamento deste ano e do próximo, até as eleições de governador, senador e deputado, para a completa limpeza do terreno. Em maio, a Nova República pôde construir, numa noite, o que o regime autoritário levou 20 anos destruindo. Restabeleceram-se as eleições presidenciais diretas, marcaram-se eleições imediatas para prefeito de capital, extinguiram-se a sublegenda, a fidelidade partidária e uma série de heranças da ditadura. Mas falta remover a parte final dos resíduos da exceção. No tocante às emergências e ao estado de emergência, eles simplesmente desaparecerão, coisa fácil e a respeito da qual o Congresso Interino concorda. A Lei de Imprensa passará a ser lei de defesa do direito de informação, expurgando-se dela os artigos que cerceiam a atividade dos meios de comunicação, ainda que continuem sendo capitulados os abusos. Uma tese sugerida tem sido a de simplesmente extinguir a Lei de Imprensa, a exemplo do que acontece em diversos países, que não a possuem, mas essa alternativa exigiria modificações no Código Penal, coisa impossível de ser feita em curto tempo.

Conforme o ministro da Justiça, esse é o roteiro político que lhe cabe levar ao presidente Sarney, na prática já adotado. Não se suspenderá, obviamente, a discussão de temas polêmicos, do tipo reforma agrária, desestatização, lei de greve, dívida externa e outros. Eles permanecerão na ordem do dia, podendo até surgir soluções, pois o governo não vai parar. No entanto, para aquilo em que há consenso, como a complementação da reforma institucional, não haverá que perder tempo. Essa a sua missão, definida após meditações e avaliações recentes.